



ATA Nº 2/2021

Aos 14 dias do mês de abril de 2021, no edifício dos Paços do Município e sala de reuniões da Assembleia Municipal, reuniu-se, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Espinho presidida por Joana Raquel da Silva Devezas e secretariada por Rosa Martins de Freitas Duarte e Guilhermino Pedro de Sousa Pereira, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Deliberar sobre a Autorização Prévia de Investimentos a financiar pela Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazos no montante de 4.942.471,87€;
2. Deliberar sobre a Contratação de Empréstimo a Médio e Longo Prazo – Financiamento de Investimentos -Relatório de Análise de Propostas para a contratação de empréstimo de médio e longo prazo até ao montante de 4.942.471,87 €

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Vice-Presidente, António Vicente de Amorim Alves Pinto. Esteve também presente o Vereador Quirino Manuel Mesquita de Jesus.

Foi verificada a presença dos membros Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Ricardo Bastos Sousa, Maria Susana Gomes de Castro Valente, José Maria Pereira de Carvalho e Sá, António Manuel Pinto de Oliveira, Graça Hermínia Conceição Dias Pereira, António José Nunes Teixeira Lopes, João Paulo Sobral do Couto Silva Carapeto, António José Borges Regedor, Henrique José Pedro Cierco, António Manuel de Sousa Andrade e dos Presidentes da Junta da Junta de Freguesia de Espinho – Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias e da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira.

Foi dada nota do pedido de substituição da Presidente da Assembleia Municipal Maria Filomena Maia Gomes por Isabel Maria Pinhal Resende e dos membros João Oliveira Passos por Carlos Manuel Cardoso Loureiro, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Margarida Maria Oliveira Ribeiro, Diogo dos Santos Pedrosa por Manuel António Carvalho de Oliveira, Jorge Eduardo da Nave Pina por Maria José Cardoso Oliveira Quinta Rebelo, José Adolfo Carvalho Rocha por Fernanda Maria Ferreira Guedes Bastos, de Jorge Manuel de Oliveira Carvalho por Ana Cecília Alves de Campos

Lopes de Rezende e do Presidente da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, por Manuel Fernando Rocha Moreira Santos.

Verificado o quórum, a Presidente da Assembleia Municipal em exercício declarou aberta a reunião, sugerindo que os dois pontos da Ordem de Trabalhos fossem discutidos em conjunto. Não havendo oposição, passou a palavra ao Vice-presidente da Câmara Municipal para apresentação dos documentos, tendo o mesmo referido que, em sede de discussão orçamental, no mês de dezembro, já estava previsto apresentar o documento com um montante de empréstimo de apenas 2,5M€ porque o equilíbrio orçamental foi altamente prejudicado pela evolução da pandemia. Que a proposta de empréstimo agora proposta devia-se à estimativa de evolução da pandemia, obrigando o município a corrigir a situação de forma a proteger os investimentos para não perder fundos comunitários, mas também porque a paragem não se traduziria numa poupança para o município devido às indemnizações que teria de pagar aos respetivos empreiteiros. Que entenderam que a forma de assegurar o equilíbrio municipal era recorrer ao reforço do empréstimo já previsto pelo montante estritamente necessário para cumprir os investimentos em curso, nomeadamente a conclusão do ReCaFE e da Escola Sá Couto, que eram obras com o maior impacto orçamental por terem um esforço direto do orçamento municipal bastante considerável face ao apoio comunitário. Disse que a dívida do município continuava muito abaixo do limite legal permitido e que a legislação foi alterada para fazer face à necessidades de não travar o investimento na economia, de não devolver fundos comunitários, cumprindo-se o respetivo calendário, e que não era o momento para retirar a capacidade da Câmara em continuar a ter um orçamento para as obrigações do dia-a-dia, para os investimentos nas áreas social, educação, desporto e para apoio às diversas instituições que, no momento atual, ainda mais precisavam.

Ana Rezende (CDU) referiu que os termos em que o empréstimo vinha descrito nos documentos apresentados lhe causava alguma perplexidade, confirmando-se mais uma vez a prática desastrosa de gestão autárquica dos últimos 12 anos, bem como a falta de planeamento com que o executivo se atirava àquele tipo de obras e empreendimentos megalómanos que pouco retorno traria aos espinhenses. Referiu que bastava pensar que o ReCaFE era uma obra que vinha desde o primeiro executivo e que a interface, que se pretendia agora financiar, não tinha qualquer respaldo na própria requalificação da Linha do Vouga, tendo inclusivamente, o Presidente da Câmara referido, na última Assembleia Municipal, que nada estava decidido para



aquela requalificação e que pedir 2,1 M€ para concluir aquela fase do ReCaFE, ou seja, o interface, sem se saber como se iria articular com a requalificação da Linha do Vouga parecia-lhe que redundava numa grande falta de planeamento com contração de um financiamento que, dali há alguns anos, se podia revelar de nenhum efeito. Disse ainda que a necessidade de financiamento podia ter a sua razão no atual estado excecional do quadro pandémico, com a perda de receitas municipais, particularmente com a questão do turismo, mas que tal carecia de ser demonstrado à data de hoje, nas contas do município. Disse que viviam num quadro pandémico há mais de um ano e que o que seria previsível a um bom gestor publico era o aprovisionamento e acautelar a perda de receitas decorrente da situação, referindo que já se sabia que a crise pandémica teria como consequências uma crise económica, com retração da economia, não entendia a razão de, em dezembro, não ter sido acautelado e pelos valores que estavam a ser pedidos. Acrescentou que o timing parecia-lhe desastroso porque estavam a seis meses de eleições autárquicas e a oito meses de tomada de posse de um novo executivo camarário e que estavam a discutir a contração de um ónus que condicionaria os destinos do município e a atuação autárquica do executivo que sairia dos resultados eleitorais. Disse que, no final de 12 anos, e apesar de sempre ter feito bandeira de que conseguiu sanar a dívida deixada pelo executivo Mota PS, o executivo em funções iria fazer o mesmo, deixando também dívida para quem viesse. Referiu ainda que nada aconselhava, a três níveis, que alguém se atravessasse na aprovação daquele plano e daquela autorização de financiamento, ou seja a responsabilidade civil, criminal e política de quem aprovasse o plano e desse autorização ao financiamento. Referiu que a CDU votaria contra aqueles dois pontos.

António Regedor (PMG) disse que, relativamente ao primeiro ponto, por uma questão metodológica e de princípio, não iria votar uma autorização prévia às cegas, mesmo que o pedido fosse razoável e merecesse uma razão positiva, o facto de pedirem uma autorização às cegas impedia-o. Disse que a pandemia já era conhecida há muito tempo, e que as surpresas no orçamento decorrentes da pandemia não se colocavam agora. Que tinha reprovado o orçamento, ao contrário de muitas pessoas que eram responsáveis por aquela dificuldade acrescida. Disse que a Câmara andava distraída, sendo que, só em 2021, encontrou um problema que vinha do início de 2020, metendo-se em trabalhos, porque quis. Que na altura da aprovação do orçamento já tinha referido que existiam investimentos produtivos e outros absolutamente desnecessários, inúteis e até eticamente reprováveis, que eram interesses de

particulares, de grupos e de gente que manipulou e tentou coagir a Assembleia para conseguir aqueles intentos. Que estavam a querer aumentar ainda mais o endividamento, aproximando-o ainda mais dos limites, aproveitando uma circunstância excecional e deixando, no futuro, para outros assumirem as irresponsabilidades presentes. Que não podiam pedir aos espinhenses que continuassem a pagar e a endividarem-se de forma insustentável.

Ricardo Sousa (PSD) disse que o principal motivo que podia originar um pedido de empréstimo daquele montante tinha que ver com a questão sanitária que viviam havia quase ano e meio e que se aquele facto teve repercussão a nível do Estado Central, das empresas, do comércio, a Câmara não podia ser a única instituição a passar incólume àquele período que teve reflexos na economia e, portanto, na receita. Disse que as contas fechavam em abril, tendo o Vice-presidente apresentado o montante da quebra de receitas no ano de 2020, de 3,8 M€, sendo que a quebra para 2021 ainda era uma incógnita, mas que tinham de ponderar o confinamento já decorrido e a recuperação económica que não sabiam a que ritmo se faria, pelo que não entendia qual a informação, que, à data de hoje, era necessária para perceberem o impacto que teve, nas contas da Câmara, em 2020 e teria em 2021 e muito provavelmente em exercícios subsequentes, dado que, quando havia um impacto muito forte na economia, a retoma não era imediata, não era feita por todos e não era feita por todos ao mesmo ritmo. Fez notar que o próprio Estado Central dava bênçãos por ter linhas de crédito abertas e abrir linhas de crédito aos particulares e às empresas, por receber dinheiro a fundo perdido, porque estava numa situação muito complicada, para não falar da dívida pública portuguesa, que nem sequer era comparável com a dívida que o município de Espinho tinha. Sobre a dívida que a Câmara ia deixar aos vindouros, disse que se o empréstimo fosse ali aprovado, era metade da dívida que herdou há 12 anos, significando que a Câmara municipal, apesar de dizerem que teve uma gestão absolutamente desastrosa, conseguiu abater à dívida mais de 2M€ por ano e ainda assim realizar algum investimento.

Ana Rezende (CDU) disse que, em dezembro, a quebra de receitas já era previsível, devendo-se ter provisionado as contas para diminuir o impacto daquela quebra. Que o pedido de empréstimo revelava a falta de planeamento e estratégia financeira do executivo municipal. Disse que havia comparações que não podiam ser feitas porque o estado central teria um financiamento a fundo perdido e o que estavam a discutir era um empréstimo que não era a fundo perdido. Disse que a questão que levantou foi



como iriam assumir uma parte daquele empréstimo para a fase final do ReCaFE, que segundo disse o próprio Presidente da Câmara Municipal, ainda era uma incógnita.

António Regedor (PMG) referiu que aceitava que a Câmara Municipal sairia com metade da dívida que herdou, mas que a asneira não desculpava outra asneira. Disse que o vogal Ricardo Sousa não podia reclamar o que o seu próprio partido elogiou com atribuição de uma medalha a quem deixou a dívida.

Ricardo Sousa (PSD) protestou dizendo que a atribuição da medalha ao Sr. José Mota, que defendeu, não foi por causa das contas ou por causa do que fez ou não fez, mas foi por ter merecido a confiança dos seus concidadãos em quatro eleições seguidas e que, em democracia, podiam achar que tinham a razão, mas que tinham que ter respeito institucional por quem desempenhou cargos democraticamente, e que, embora pudesse não concordar com nada do que fez, não retirava que não defendesse que as pessoas que serviram a cidade e que, aparentemente não se serviram dela, merecessem o reconhecimento dos representantes do município. Disse que tinha respeito democrático por todos os que foram Presidentes da Câmara Municipal de Espinho, por muito acérrimo que tenha sido o combate que ali travou e que venha, futuramente, a travar com outros.

António Regedor (PMG) contra protestou dizendo que era aquele respeito que lhes era devido, mas que isso lhe dava ainda menos argumentação para dizer que a dívida foi maior do que aquela que iam deixar.

Susana Valente (PSD) disse que não podiam esquecer que, depois das contas que a Câmara Municipal herdou, conseguiu, com trabalho árduo, fazer com que Espinho saísse do programa em que nem sequer podiam recorrer a empréstimos, o que era algo que tinha de ser reconhecido, valorizado. Disse que só quando se estava em situação saudável financeiramente é que se podia recorrer ao crédito. Referiu que estavam a falar de um projeto que iria mudar a imagem da cidade, de que todos se tinham de orgulhar, traria serviços, turismo, etc., e que ninguém queria que a obra da Escola Sá Couto ficasse por terminar. Referiu que não podiam negar que as contas tinham melhorado, permitindo ao município fazer empréstimos, sendo que tinham conseguindo negociar uma taxa, um juro total que não chegava a 122 mil euros ao fim dos 15 anos de empréstimos.

Vice-presidente CME disse que lamentava sempre quando a discussão não era centrada na realidade, mas em cima de realidades fictícias, o que não ajudava nada

ao esclarecimento. Que estava ali para esclarecer os vogais da Assembleia Municipal para poderem tomar a melhor posição em defesa dos interesses dos munícipes e que tinha a obrigação de dar as explicações com factos concretos e reais. Disse que na página 4, existia um documento técnico no qual constava o limite da dívida total no termos da lei atual, que era de 34,8 M€, que referia ainda a dívida total de operações orçamentais do município, de 19,2 M€, contabilizando ainda mais 1,6M€ de dívidas de outras entidades da qual o município é participado, como a LIPOR e outras, sendo que o total da dívida era de 20,8M€, ficando, assim, o município com uma margem de endividamento de quase 14 M€. Disse que aquela margem foi construída, ano após ano, com orçamentos equilibrados, com rigor e muitas dificuldades e que foi conquistada para acudir em tempos de necessidade e que embora, não lhe agradasse fazer empréstimos a meses das eleições era uma decisão que tomava para o que era melhor na vida dos munícipes. Que tinham de lidar com a adversidade e resolver os problemas que surgiam todos os dias e que tinham as ferramentas para os resolver. Disse que o orçamento aprovado e discutido em dezembro, na Assembleia Municipal, era elaborado em setembro e que gostaria de entender qual era a filosofia de dizerem que havia falta de planeamento, sendo que a notícia daquele dia era que os hotéis tiveram uma quebra de 90% da receita no ano 2020 e que em setembro as notícias eram que se previa uma queda de 30%. Que, de 15 em 15 dias, o Presidente da República ouvia os partidos políticos e decidiu prolongar por mais 15 dias o confinamento. Perguntou se também era falta de planeamento uma vez que o Presidente já devia saber que ia correr mal, que já devia ter decidido no ano passado. Que também devia ser falta de planeamento quando o Primeiro-ministro anunciava, na quinta-feira à noite, que as escolas reabririam na segunda-feira seguinte, ou que atingiram os 40% de vacinação e estavam apenas com 20%, ou quando estavam sempre a alterar as idades para a administração das vacinas ou ainda com os avanços e recuos na abertura dos restaurantes e das suas esplanadas. Disse que aquele momento era de entreatada, de união, e que as pessoas precisavam deles. Disse que o município de Espinho estava saudável financeiramente e que aqueles que conduzissem os seus destinos, futuramente, continuariam a ter muita margem de endividamento. Que, apesar de estarem a constituir nova dívida, estavam a liquidar anteriores, sendo que, naquele orçamento, tinham previsto pagar cerca de 2M€. Fez notar que se parassem com a obra da escola Sá Couto perderiam cerca de 2M€ de fundos comunitários e que teriam de pagar uma indemnização claramente superior do que se a obra fosse feita dentro do prazo. Relativamente à intervenção da vogal Ana



Rezende disse que o valor do ReCaFE não se destinava ao interface da Linha do Vouga, mas era a parte que remanesce da comparticipação do município na obra, dado que a obra estava a ser financiada por várias candidaturas comunitárias e também pelo plano de obras que tinha a ver com as receitas de jogo por via do Turismo de Portugal, sendo que aquela ultima teve uma quebra brutal entre 2 e 3 M€, portanto era uma componente que faltava financiar por terem perdido aquela receita direta do Turismo. Que, quando falavam em interface, era uma intervenção mais ligeira, que a IP não fez, mas era necessária, senão a Rua 8 não poderia continuar para sul, e consistia, tecnicamente, no recuo das linhas e em ligar uma paragem do Vouga com a paragem da rodovia e com a estação de comboio, sendo que o arranjo urbanístico permitia aquela ligação de uma forma mais agradável.

António Regedor (PMG) protestou pela forma demagógica quando se queria apontar à Assembleia Municipal como estando ali a elaborar numa idealização quem estava de uma forma demagógica a referir-se às consequências da pandemia e a trazer à baila a vacinação com todos os imponderáveis, não tinha rigorosamente nada a ver com a verdadeira realidade daquilo que era previsível no concelho de Espinho, que era desnecessário trazer para ali a demagogia, não era preciso fazer ali campanha eleitoral.

Teixeira Lopes (PS) disse que ficava apreensivo porque, ali na sala da democracia, no coração democrático de Espinho, se exprimissem por viva-voz que tinham uma opinião diferente sobre qualquer matéria ali analisada, corriam o risco de haver alguém que, comparando-se a Catilina, utilizava um discurso para punir aqueles que se atrevessem a desafiar o "poder senatorial", o poder das maiorias, para contestar as suas opiniões. Que se alguém viesse ali, investido do poder que os cidadãos lhe deram para ser eleito por uma força política de oposição à maioria ou estava calado ou sofreria as consequências, sendo perturbado na sua intervenção, quer tivesse ou não razão. Que se reservava o direito de confiar na democracia e que independentemente do vencimento que possa ter ou não nas opiniões que emitia, a verdade era que quem teria o poder de o eleger ou não, se resolvesse recandidatar-se ou receber a confiança do partido que representava, era o povo, os cidadãos, sendo que mais ninguém tinha o direito de calá-lo. Que ali tinham de observar o Regimento e que por isso tinha evitado usar da palavra, remetendo-se para a declaração de voto que trazia em relação à matéria daqueles pontos da Ordem do Dia.

Ricardo Sousa (PSD) protestou, dizendo que o vogal Teixeira Lopes tentou ficcionar uma claustrofobia democrática, de que não se apercebia, e que em relação a merecer a confiança do PS, acreditava que sim, porque não tinham ninguém melhor.

Ana Rezende (CDU) disse que a pandemia passou e estava a passar por todos e que todos conheciam alguém próximo que já sofreu com ela, mas que não estavam a discutir um empréstimo para acudir à apoios sociais que, eventualmente a Câmara pudesse propor à Assembleia Municipal, mas um empréstimo para obras que já estavam há muito previstas e que não podiam confundir falta de planeamento relativamente à gestão científica e médica da pandemia com o planeamento económico exigido, uma vez que, desde a natureza do vírus, as suas mutações e o grau de fiabilidade ou não das vacinas, não se podia falar de falta de planeamento por ser uma questão científica embora reconhecesse que era muito influenciada pelo mercado. Referiu que o que estava ali em questão era planeamento financeiro, ou a falta dele, e que, à exceção da conclusão das obras da Escola Sá Couto, pessoalmente, tinha muitas dúvidas sobre as ciclovias. Sobre o ReCaFE, disse que fosse qual fosse o motivo, aquela interface ia desembocar no apeadeiro ou na passagem da Linha do Vouga, sendo o que estava por definir e que grande parte do financiamento do ReCaFE era feito com dinheiro do Turismo e principalmente com dinheiro do jogo, o qual nada sofrera com a pandemia, pelo contrário houve aumento exponencial com o jogo on-line. Perguntou em que medida aquela retirada que o Vice-Presidente da Câmara disse que ocorrera estava alocada, e em que percentagem, ao ReCaFE.

Manuel Dias (JF Paramos) disse que estavam a esgrimir pontos de vistas, naturalmente legítimos, e que as várias intervenções feitas levaram-no a intervir, uma vez que estavam perante um assunto que tinham de resolver e votar. Disse que quando se referiu que era preciso um empréstimo para resolver os problemas da sociedade espinhense, naturalmente eram os da freguesia de Espinho, o que entristecia-o, porque a sociedade de Paramos também tinha valor. Referiu ainda que quem não tinha dinheiro não tinha vícios, porque quando a Câmara Municipal adjudicou obras também estava a pavimentar outras ruas no Centro de Espinho e que em Paramos não tinham aquela possibilidade. Que, se pedia asfalto para tapar alguns buracos nas Ruas, respondiam-lhe que não havia. Considerava que os seus fregueses também mereciam respeito.



João Carapeto (PS) fez uma interpelação à mesa e requereu que, por ser curial, dado já terem assistido ao comício do candidato à Câmara por parte do PSD, à troca de argumentos de parte a parte e a todos e demais argumentos, que passassem imediatamente à votação.

Vice-presidente disse que Paramos foi a primeira freguesia a ter escola requalificada e Espinho foi a última, a primeira a ter ciclovia e passadiço e Espinho não tinha, a primeira com investimento para acabar o saneamento e água antes de se fazer a renovação da rede em Espinho. Que Paramos e as outras freguesias receberam um reforço muito substancial, no orçamento municipal, quer para as funções das competências que assumiram em jardins, varredura e outros, quer para a delegação de competências na pavimentação de ruas. Acrescentou que se pediu betuminoso à Câmara e lhe foi recusado, o que lamentava, que estivesse à vontade para lhe ligar, porque quando um Presidente de Junta encontrava um problema na freguesia e o resolvia, estava a substituir a Câmara Municipal que tinha de responder à qualidade de serviço público.

Presidente JF Paramos pediu a palavra para esclarecer que a renovação da rede de água não começou em Paramos, mas sim as expansões dos ramais de água uma vez que a renovação estava no programa, mas ainda não começou.

A votação dos dois pontos foi efetuada em conjunto, tendo sido aprovados com 14 votos a favor, 10 votos contra e 1 abstenção.

Declaração de voto:

Teixeira Lopes (PS): "O PS votou contra esta proposta de Contratação de Empréstimo a Médio e a Longo Prazo, porque: 1. A forma inopinada como surgiu esta proposta da CME para a Contratação de Empréstimo a Médio e a Longo Prazo e na justificação apresentada pela CME para o fazer não convenceu o PS. 2. De facto, a contratação visa o financiamento do ReCaFE, a Reabilitação de edifícios municipais, a Requalificação da E. P. Sá Couto e para a construção da rede de ciclovias do concelho. 3. contudo, ao longo deste mandato as obras em equação já deviam estar orçamentadas para que a sua concretização não possa ser posta em causa, sem a contratação do empréstimo de cerca de 5 milhões de Euros. 4. Assim, esta proposta é reveladora de uma gestão autárquica caótica por um lado e incapaz de resolver os problemas de Espinho e por outro agravando-os pondo em causa o desenvolvimento do concelho e dificultando a vida dos espinhenses. 5. A falta de planeamento urbano

transformou Espinho num estaleiro céu aberto com obras por terminar; os sucessivos investimentos em obras megalómanas de utilidade questionável; a ausência de respostas sociais e de apoio às atividades comerciais, económicas e tradicionais (como a Arte Xávega), num contexto de grandes dificuldades; ou o recurso constante a endividamento bancário, colocam em causa a sustentabilidade financeira do município, comprovam, a inadequação desta proposta com a realidade do nosso concelho e os anseios e necessidades dos espinhenses. 6. Conforme tem sido prática deste executivo, esta proposta caracteriza-se pela falta de transparência e pela ausência de informação que justifiquem o destino ou finalidade exata destas verbas que ascendem a 5 milhões de Euros. 7. Esta questão, opaca, tem permitido que vários processos, com impacto significativo no orçamento municipal e na carteira dos Espinhenses se prolonguem de forma indeterminada e com custos para o erário público difíceis de concretizar. 8. Este empréstimo bancário, aproveitando uma exceção concedida no âmbito do combate ao Covid-19, é reprovável na medida em que quase duplica o valor limite da margem de endividamento do município, colocando em causa a sua sustentabilidade financeira. 9. O PS não ignora, por isso, que esta proposta de endividamento surge num contexto pré-eleitoral, revelando o desespero de uma gestão autárquica em fim de ciclo e incapaz de assumir os seus compromissos de forma planeado e sustentável.”

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pela Presidente da Mesa da Assembleia em exercício.

Não havendo intervenções por parte do público, a reunião foi dada por encerrada.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pela Presidente da Mesa da Assembleia em exercício e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

A Presidente da Mesa da Assembleia em exercício,



A Funcionária Municipal,
